

O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E A AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO URUGUAI: PROCESSOS DE MERCANTILIZAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO SOCIAL¹

Marcelo Antonio Conterato²
Sergio Schneider

Resumo

O objetivo deste trabalho é identificar e analisar elementos definidores da mercantilização e diferenciação social na agricultura familiar do Alto Uruguai gaúcho a partir de um estudo de caso no município de Três Palmeiras. Metodologicamente, o estudo baseou-se na coleta e análise de dados primários através da aplicação de 59 questionários semiestruturados, entrevistas e dados secundários, como Censos Demográficos e Popacionais entre outras fontes estatísticas. Estes dados são subsídios para melhor entender as conseqüências sociais e econômicas de décadas de privilégio a um modelo de desenvolvimento agrícola que orientou-se pelos monocultivos e escalas de produção, resultando em um processo de diferenciação social e econômica entre os agricultores que não raras vezes resulta de um lado, em exclusão social, e de outro, acumulação entre os agricultores familiares. A pesquisa demonstrou uma realidade de plena mercantilização da vida social e econômica dos agricultores familiares. Não obstante, estas relações invariavelmente são desiguais e se dão fundamentalmente através da circulação de mercadorias e acesso a produtos e serviços que dinamizam a produção agrícola. O paradoxo do que poderíamos chamar de um modelo de desenvolvimento agrícola reside no fato de que ele se sustenta nas economias de escala de produção, sendo incapaz, por exemplo, de sustar os processos migratórios municipais e regionais e proporcionar melhorias significativas nos padrões de vida das populações.

¹ Este trabalho é parte da dissertação de mestrado do primeiro autor orientada pelo segundo autor desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O autor agrade o apoio financeiro recebido pela CAPES através de bolsa e pelo CNPq no âmbito do projeto *Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade*, projeto desenvolvido entre a UFRGS-PGDR e a Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) através do Programa de Pós-Graduação em Agronomia (PPGA).

² Licenciado em Geografia (UFSM), Mestre em Desenvolvimento Rural (UFRGS) e Doutorando em Desenvolvimento Rural (PGDR-UFRGS). E-mail: marcelo.conterato@ufrgs.br.

Palavras-chave: agricultura familiar; mercantilização; diferenciação social e econômica.

AGRICULTURAL DEVELOPMENT AND DOMESTIC AGRICULTURE IN ALTO URUGUAI: MERCHANDIZING AND SOCIAL DIFFERENTIATION PROCESSES

Abstract

The objective of this work is to identify and analyze the defining elements of merchandizing and social differentiation in family agriculture of Alto Uruguai in Rio Grande do Sul State through a study case in the municipal district of Três Palmeiras. Methodologically the study was based in the collection and analysis of primary data through the application of 59 semi-structured questionnaires, interviews and secondary data, as Demographic and Population Census among other statistic sources. These data were subsidized to understand better the economical and social consequences of decades of privilege to an agricultural development model that was oriented by the growth of only one crop and production scale, resulting in a process of social and economical differentiation between farmers that not rarely result in, one side, social exclusion, and in the other, accumulation among family farmers. The research showed a reality of full merchandizing of social and economic life of family farmers. Nevertheless, this relations invariably are unequal and are set, fundamentally, by the circulation of merchandizes and access to products and services that improve the agricultural production. The paradox of what we could call an agricultural development model resides on the fact that it is sustained in production scale economies, not being capable of, for example, stopping the municipal and regional migratory processes and proportionate significant improvements in the populations' standard of living.

Key-words: family agriculture, merchandizing, social and economical differentiation.

Introdução

Este trabalho pode ser definido como um esforço de pesquisa que busca analisar os aspectos econômico-produtivos da agricultura familiar de uma das mais importantes regiões agrícolas gaúchas, o Alto Uruguai. Pretende-se, com base em dados primários e

secundários, melhor entender e problematizar uma realidade social e econômica que depende quase exclusivamente do dinamismo da agricultura familiar, mas que ao longo das últimas décadas tem se caracterizado por uma inserção mercantil basicamente através dos mercados de produtos e serviços, onde cada vez mais assume importância a qualidade dos vínculos estabelecidos. Isso porque, submetidos a um regime de concorrência e de escalas de produção, os agricultores familiares se vêem impelidos a uma espécie de corrida tecnológica e dependência de um mercado mundial de *commodities* agropecuárias onde estes não possuem nenhuma gerência sobre os preços dos produtos.

No Alto Uruguai, encontramos agricultores familiares, que, por razões diversas, não conseguiram ingressar no modelo técnico-produtivo da chamada Revolução Verde, onde a força de trabalho animal ainda é utilizada. Entendemos isso como um exemplo típico do processo de modernização da agricultura, que privilegiou regiões, produtos e produtores. Não obstante, estes agricultores contratam serviços de máquinas para dinamizar o processo produtivo, fundamentalmente nos períodos de plantio e colheita. Isso decorre, além da necessidade produtiva de adotar o pacote tecnológico, da falta de mão-de-obra no ambiente familiar, uma vez que o modelo de desenvolvimento agrícola se caracteriza, como veremos, também pela criação de um excedente populacional no meio rural do município de Três Palmeiras e mesmo no Alto Uruguai, que necessita migrar para outras regiões na busca de trabalho. O universo agrícola familiar aqui analisado é, por assim dizer, contraditório e paradoxal, pois ao mesmo tempo em que consolida alguns agricultores, exclui outros.

O trabalho está dividido em cinco diferentes seções. Na primeira, indicamos a localização geográfica e outras informações da região do estudo, como aspectos físicos e demográficos. Na segunda seção, apresentamos brevemente a metodologia utilizada na pesquisa, explicitando as fontes de coleta dos dados (principalmente primários) e as técnicas de elaboração dos mesmos. Na terceira seção, apresentamos o marco teórico que norteia este estudo. A quarta seção dedica-se à análise de alguns aspectos relacionados às transformações da agricultura familiar no contexto da modernização da agricultura. Na quinta seção, apresentamos alguns dados primários para demonstrar como se reproduz a agricultura familiar num contexto de plena mercantilização social e econômica e de situações de intensa diferenciação social e econômica entre os agricultores familiares.

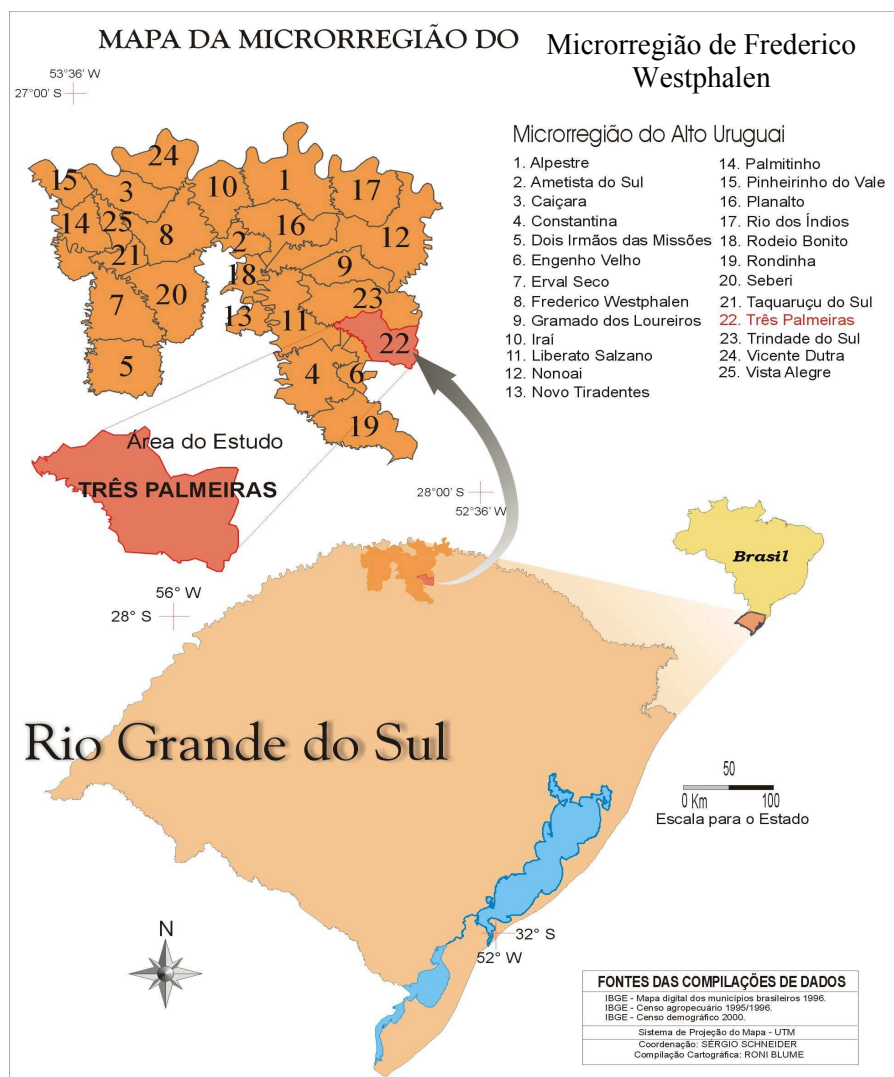
1 A região de estudo: aspectos demográficos e físicos

Localizado geograficamente no norte do Estado do Rio Grande do Sul (Figura 01), o município de Três Palmeiras possui uma superfície territorial de 175,5 Km², fazendo divisa, ao norte, com o município de Trindade do Sul, ao sul, com Ronda Alta, a leste, com Campinas do Sul, e, a oeste, com Engenho Velho, Constantina e Liberato Salzano.

De acordo com o IBGE (2000) o município de Três Palmeiras possui uma população total de 4.615 habitantes, sendo 1.716, 37,18% do total, residindo na zona urbana e 2.899, 62,82% do total, residindo na zona rural, com uma densidade populacional de 24 habitantes/Km².

Segundo o DRM (2002), os solos das classes III, IV e V são encontrados numa proporção de 50%, 25% e 25% da área do município. Os solos da classe III são do tipo Erechim, caracterizados como latossolo profundos, ácidos, pobres em nutrientes, muito argilosos, dificultando a permeabilidade. Esses solos encontram-se num relevo com grau de declividade que varia entre 6° e 12°. São conhecidos por apresentarem forte erosão laminar e sulcos de vossorocamento, com pedregosidade entre 1% e 10%. Atualmente são intensamente utilizados para o plantio de soja, trigo, milho e pastagens, recebendo altos investimentos em correção de acidez e fertilidade, através de calcário e adubação química, bem como outras práticas de conservação, como plantio direto e cobertura verde. Os solos das classes IV e V são chamados Associação Ciríaco-Charrua, caracterizados como brunizem-litólicos, são rasos e de boa “fertilidade natural”, não ácidos, permeáveis, com declividade variando entre 12° e 50°, com forte erosão laminar e por sulcos. Apresentam alta pedregosidade. Estes solos recebem pouca correção em relação à fertilidade natural, o que os torna mais frágeis e empobrecidos.

Figura 01: Localização do município de Três Palmeiras no Alto Uruguai.



2 Aspectos metodológicos

A investigação empírica deu-se através da aplicação de 59 questionários semi-estruturados junto aos agricultores familiares do município de Três Palmeiras. O método de amostragem utilizado neste trabalho foi a amostragem probabilística sistemática por comunidade localidade, considerada como pesquisa amostral probabilística. Definimos que a amostragem ficasse em torno de 10% a 15% do universo total de estabelecimentos, que segundo o escritório municipal da EMATER e a Secretaria Municipal de Agricultura era, no ano de 2002, de 580. Os dados primários referem-se ao ano agrícola 2001-2002 e foram produzidos nos softwares SPSS (Statistical Package for Social Sciences) e EXCELL. Além dos dados primários utilizou-se dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através dos censos demográficos e agropecuários e pela Fundação de Economia e Estatística (FEE).

3 Marco teórico ao estudo da agricultura familiar

Estudar a agricultura familiar significa analisar e problematizar suas estratégias de reprodução quer seja pelo aspecto técnico-produtivo ou pelos aspectos mais subjetivos, de sociabilidade, de representação social. Tão importantes como as atividades produtivas, estão as relações não tipicamente capitalistas, como as de gênero e hierarquia e a importância que assume o autoconsumo³ junto às famílias de agricultores familiares ou mesmo o trabalho familiar.

Não são poucos os trabalhos no Brasil que têm buscado demonstrar não apenas a importância social e econômica da agricultura familiar (GUANZIROLI et al, 2001; BUAINAIN et al, 2002: 2004), mas a sua capacidade de se fortalecer em ambientes cada vez mais competitivos (ABRAMOVAY 1992; SCHNEIDER, 1999: 2003; SACCO DOS ANJOS 1995: 2003). O principal mérito destes trabalhos é a capacidade em demonstrar que a agricultura familiar tem viabilizado a sua reprodução social e econômica e se fortalecido em ambientes cada vez mais mercantilizados. Para estes autores, a reprodução e o fortalecimento da agricultura familiar tem se dado não apenas pela inserção em mercados de produtos e serviços, mas também através do mercado de trabalho não-agrícola.

Não pretendemos aqui aprofundar o debate teórico-metodológico sobre a definição de agricultor ou agricultura familiar. O debate brasileiro sobre esta temática é relativamente recente, pois ganhou espaço e notoriedade a partir da última década do século XX, principalmente após a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, consolidado em 1996. Apesar das classificações mais usuais terem como parâmetro a oposição entre trabalho familiar e trabalho assalariado (particularmente em função do necessário enquadramento das famílias exigido pelas atuais políticas públicas), outras concepções procuram discutir o próprio caráter familiar da agricultura familiar.

Nesta perspectiva, tomamos de empréstimo as considerações de CARNEIRO (2000), onde a autora afirma que a família agrícola integra uma variedade de relações sociais que invariavelmente não são levadas em consideração nas análises a seu respeito. A autora chama a atenção para a própria especificidade estruturante da unidade

³ Importante discussão sobre a importância do autoconsumo na agricultura familiar ver SACCO DOS ANJOS et al (2004).

familiar, destacando a interação entre o que ela chama de domínios do parentesco e do trabalho. É desta interação que resultam os princípios que orientam as relações sociais, permitindo, ao serem identificados, apreender a lógica de atuação dos indivíduos, seja na unidade familiar de produção ou na de consumo.

Por isso, quando se estuda a agricultura familiar opera-se com duas dimensões analíticas onde se estabelecem as bases materiais e simbólicas da sua própria reprodução. A primeira dimensão é a familiar, seja no aspecto produtivo como no aspecto das relações de parentesco e consangüinidade. A outra dimensão é a “externa” e refere-se à inserção da agricultura familiar no ambiente social e econômico.

Não obstante a importância que assume a dimensão “interna” no processo decisório, como o trabalho familiar e as relações de parentesco, não podemos desconsiderar a crescente importância que assumem as relações estabelecidas pela agricultura familiar com o ambiente social e econômico em que esta está inserida. As relações com os mercados não se dão apenas através da venda dos produtos gerados na unidade de produção, mas também pelo sistemático acesso ao crédito, pela compra de insumos e produtos necessários às atividades produtivas ou mesmo pelo mercado de trabalho não-agrícola.

No Alto Uruguai historicamente se desenvolve um processo de mercantilização das relações de produção, mas com reflexos na vida social e econômica das famílias (CONTERATO, 2004). É no bojo do processo de modernização da agricultura que este processo de fato toma fôlego, repercutindo diretamente no modo de produzir e de viver dos agricultores. As transformações nos processos produtivos e na sociabilidade das pessoas e das famílias significaram uma espécie de ruptura com as formas de produzir e de viver até então estabelecidas, onde as mercadorias produzidas destinavam-se principalmente ao consumo interno da propriedade. O que passa a ocorrer a partir de meados da década de 1960, intensificando-se na década de 1970, nesta região é o privilégio aos monocultivos em detrimento ao policultivos, determinando uma mercantilização que vai além das atividades produtivas e chega ao grupo doméstico, onde certos produtos indispensáveis ao consumo familiar, como a mandioca, a batata e os produtos da horta e pomar cedem lugar a uma produção voltada ao comércio, como a soja e o trigo. O excedente produzido que se destinava à venda vai gradativamente tornando-se a principal fonte de recursos financeiros. Define-se um processo de conversão de produtos em valor de uso como componentes da principal estratégia de

reprodução das famílias: as atividades agrícolas. Cada vez mais a agricultura passa a depender dos vínculos mercantis, e o caráter semiautônomo na tomada das decisões vai sendo substituído pela qualidade dos vínculos estabelecidos com o mercado, seja de produtos, insumos e serviços.

PLOEG (1992), afirma que o resultado deste processo de crescente dependência da agricultura, de produção para o mercado, de circulação de mercadorias, de inovação tecnológica resulta em uma constante transformação das atividades produtivas, pois a todo instante, em períodos de tempo cada vez mais curtos, o agricultor necessita, além de se “atualizar” tecnologicamente, “renovar” seus vínculos com o mercado, precisando a cada novo ano agrícola adquirir os insumos necessários – cada vez mais indispensáveis – ao processo produtivo. A reprodução passa a ser cada vez mais externalizada e dependente do mercado. Na concepção de PLOEG (1992, p. 169-172):

Esta externalización creciente no sólo afecta las actividades de producción sino que resulta también en una transformación completa del proceso de reproducción (...). De este modo las relaciones mercantiles penetran hasta el centro del proceso productivo y comienzan a mercantilizar el proceso de trabajo mismo.

Neste sentido, é fundamentalmente nos marcos da modernização da agricultura que a agricultura familiar no Alto Uruguai adentra em um processo intenso de especialização produtiva e de dependência dos vínculos externos ao estabelecimento. A externalização das atividades produtivas leva à diferenciação da agricultura, entendida como as mudanças nos sistemas de cultivo e de criações da agricultura familiar e a diferenciação social e econômica entre os agricultores, entendida como resultado das reais possibilidades de inserção nos circuitos mercantis e da forma de produzir dos agricultores, tomando-se em consideração os fatores de produção disponíveis e as possibilidades de acessá-los.

Nestes termos, estamos falando de uma atividade produtiva, de uma forma social de trabalho e produção, sustentada por laços de parentesco, consangüinidade e herança inserida num ambiente social e econômico mercantilizado, em que as relações de troca são extremamente importantes.

Na concepção de PLOEG (1992), a chamada modernização da agricultura segue freqüentemente a rota da externalização, onde um número crescente de tarefas é separado do processo de trabalho agrícola e assimilado por organismos externos. Esta integração é crescente e gradual, pois os agricultores vinculam-se aos mercados para

vender e comprar mercadorias, acessar crédito e financiamento, assistência técnica entre outras formas de integração que passam a ser fundamentais para a reprodução social. Assim, a incessante busca de índices de produtividade associados aos riscos inerentes da própria atividade, como clima e mercado mundial de preços, obriga os agricultores a uma individualização e profissionalização, caso contrário não conseguem competir no mesmo nível dos demais. Isso acaba por tornar o agricultor dependente de novas tecnologias. Cria-se um “círculo vicioso”, ou como definiu ABRAMOVAY (1992) um *treadmill* tecnológico, onde em função da competitividade instalada na agricultura, os agricultores são impelidos à busca contínua de inovações tecnológicas e índices de produtividade.

Neste sentido, entende-se que é através das relações que se estabelecem entre a unidade familiar e o ambiente social e econômico em que esta se acha inserida que resultam iniciativas e ações dos indivíduos e das famílias para fazer frente a processos sociais e econômicos, como a crescente exigência de aperfeiçoamento tecnológico (como máquinas e equipamentos agrícolas, uso de adubos e fertilizantes químicos, de sementes geneticamente melhoradas, etc), a ampliação da escala de produção, etc., que podem ser resumidos na idéia da ampliação da mercantilização e integração dos agricultores em uma sociedade capitalista. Na área da pesquisa, isso tem resultado em um processo de aprofundamento da diferenciação social e econômica entre os agricultores, pois o agrícola *stricto sensu* tem de certa forma “engessado” as famílias em relação às possibilidades de inserção em outros mercados além do de produtos e serviços.

4 A agricultura familiar no Alto Uruguai e a modernização da agricultura: o processo de “sojicização”

Como já destacamos, nas décadas de 1960 e 1970 o Alto Uruguai passa a ser palco de significativas mudanças na base técnico-produtiva da agricultura. Estas transformações estão todas relacionadas, em maior ou menor grau, à introdução de novas e modernas tecnologias que vão substituindo, mesmo que não de forma homogênea, a forma de produzir e de viver dos agricultores. Estas ocorrem pela introdução de insumos industriais, como fertilizantes e defensivos químicos, sementes melhoradas e máquinas e equipamentos, como tratores e colheitadeiras. Não obstante, o que para alguns agricultores significou um salto qualitativo e quantitativo em relação à sua condição original, para outros foi o início de um processo de exclusão social. A

precarização das condições de vida dos agricultores passava a ser um imperativo ao acesso às inovações tecnológicas. Portanto, associado ao processo de mercantilização acentuou-se a diferenciação social e econômica entre os agricultores.

Na região de estudo, a soja se tornou o carro chefe da modernização e da mercantilização da agricultura. Tornou-se o símbolo da estratégia agrícola de reprodução social e econômica dos agricultores. Conforme indica a Tabela 01 a soja historicamente constituiu-se na principal cultura comercial, sendo que seu auge parece ter ocorrido entre 1975 e 1985, quando mais de 90% dos agricultores dedicavam-se a produzi-la.

Tabela 01: Evolução municipal do número de produtores de soja, milho, trigo e feijão de Três Palmeiras para os anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para o município de Ronda Alta).

Ano	Nº Estabelecimentos	Soja		Milho		Trigo		Feijão	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1970	2.420	2.058	85,0	2.038	84,2	1.770	73,1	1.464	60,4
1975	2.337	2.265	96,9	2.233	95,5	1.184	50,6	1.345	57,5
1980	2.307	2.084	90,3	2.153	93,3	454	19,6	1.707	73,9
1985	2.464	2.388	96,9	2.254	91,4	1.278	51,8	1.739	70,5
1995	1.914	1.627	85,0	1.706	89,1	649	33,9	960	50,1

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 1995.

Outro aspecto interessante é que a partir de 1985 verifica-se uma redução do percentual de produtores em relação a todas as culturas. Isso se deve fundamentalmente à busca de outras alternativas de renda, como a atividade leiteira, que se fortalece no município a partir de então, principalmente junto aos agricultores com pequenas áreas de terra. A possibilidade de uma renda mensal, ao contrário das culturas temporárias que oferecem apenas uma renda anual deve ser levada em consideração. Também o aumento nos custos de produção e a incapacidade de elevar os índices de produtividade em função de limitantes estruturais, levariam muitos agricultores a converterem em algum grau seus sistemas de produção, buscando fugir a sempre iminente exclusão social proporcionada pelos monocultivos, exigentes em área plantada e novas tecnologias.

A hegemonia quase absoluta da soja em relação às demais culturas, principalmente as comerciais, pode ser considerado o principal fator responsável pelas

mudanças sócio-econômicas na agricultura familiar de Três Palmeiras e do Alto Uruguai. As mudanças na estrutura fundiária, por exemplo, decorrem principalmente deste processo de especialização produtiva, que por sua vez levaria a processos de concentração fundiária mesmo em regiões típicas de pequenas propriedades.

Conforme indica a Tabela 02, verifica-se um aumento do tamanho médio dos estabelecimentos no período analisado, que em 1970 era de 24,9 hectares e em 1995 era de 26,3 hectares. Apesar de relativamente pequeno, o aumento do tamanho médio dos estabelecimentos evidencia um processo interessante mas nefasto de uma região onde predomina a agricultura familiar em relação às demais formas de produção, que é a concentração dos meios de produção, neste caso a terra.

Tabela 02: Estrutura fundiária municipal de Três Palmeiras nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 (Dados agregados para o município de Ronda Alta).

Ano	Nº estab.	Área total (ha)	Tamanho médio (ha)	Estrato de área (ha)											
				<5		5<10		10<20		20<50		50<100		>100	
				Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1970	2.420	60.383	24,9	432	17,9	472	19,5	913	37,7	492	20,3	43	1,8	68	2,8
1975	2.337	57.501	24,6	369	15,8	531	22,7	835	35,7	476	20,4	52	2,2	74	3,2
1980	2.307	59.684	25,8	259	11,2	543	23,5	917	39,7	450	19,5	59	2,6	79	3,4
1985	2.464	58.340	23,6	334	13,6	617	25,0	921	37,4	443	18,0	78	3,2	71	2,9
1995	1.914	50.386	26,3	209	10,9	412	21,6	806	42,1	342	17,9	78	4,1	67	3,5

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1970 a 1995.

Neste sentido, pode-se considerar que a especialização produtiva leva a uma concentração fundiária mesmo em regiões típicas de agricultura familiar. Este processo é verificado principalmente pela redução no número de estabelecimentos no estrato de até 5 ha, que se intensificou significativamente a partir de 1975. O fracionamento dos lotes parece ter iniciado anteriormente à década de 1970, já que não se verificam alterações significativas nos estratos entre 5 e 20 hectares. Por outro lado, a concentração parece ter ocorrido junto aos estabelecimentos entre 50 e 100 hectares, que aumentou significativamente em valores percentuais e absolutos.

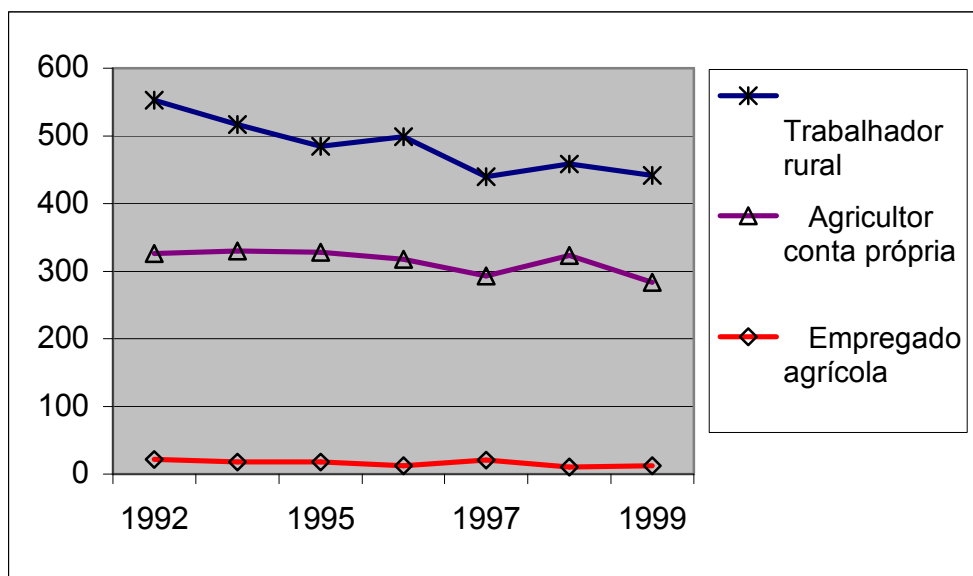
O que queremos de fato destacar é que o processo de mercantilização da agricultura familiar de Três Palmeiras e do Alto Uruguai assenta-se num padrão agrícola de produção que evidencia as suas próprias contradições, uma vez que traz, de

um lado, melhoria dos índices de produtividade e, de outro, concentração e exclusão social de parcela significativa de agricultores.

A exclusão social nesta pesquisa é analisada pela ocupação dos membros das famílias em atividades ligadas à agricultura. Da mesma forma, pode-se mensurar a “empregabilidade” na agricultura através da análise da dinâmica populacional, particularmente no meio rural, identificando permanência ou saída da população do meio rural.

Em relação à ocupação das pessoas no meio rural, pode-se verificar através do Gráfico 01 que todas as categorias registraram queda na década de 1990. A principal redução ocorre na categoria trabalhadora rural, que representa todos os membros da família que fornecem ajuda nos momentos de maior demanda por mão-de-obra, como períodos de plantio e colheita. Também merece destaque a significativa redução no total de trabalhadores por conta própria, que são os agricultores identificados como chefes do estabelecimento agrícola.

Gráfico 01: Evolução da população Economicamente Ativa (PEA) rural total do Rio Grande do Sul, das pessoas ocupadas na agricultura por tipo de ocupação 1992-99 (1.000 pessoas).



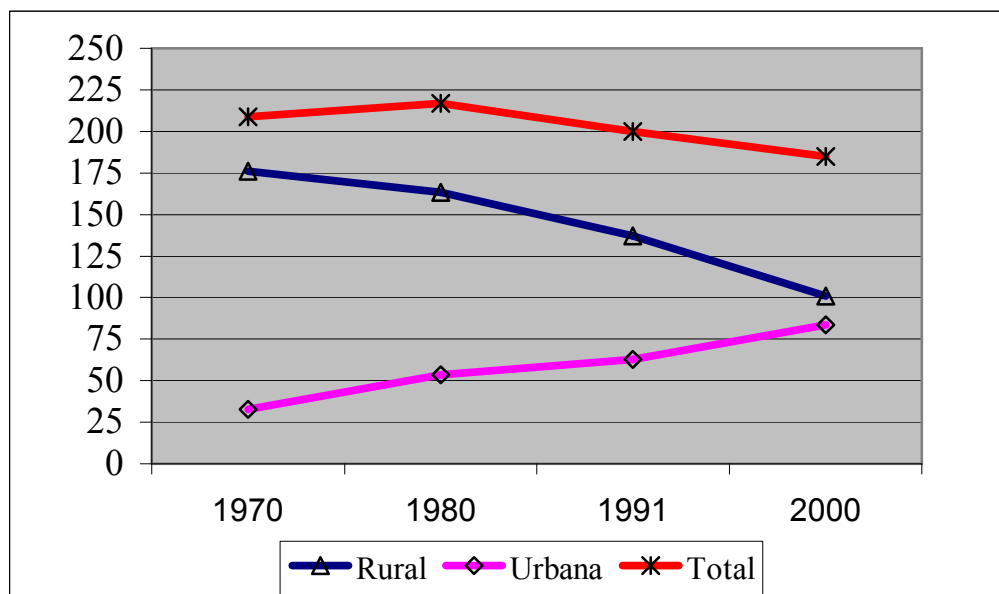
Objetivamente, o que se quer demonstrar é que a agricultura gaúcha é uma atividade onde se tem verificado significativos níveis de redução do emprego. Isso se deve, fundamentalmente, ao progresso tecnológico, responsável pela mecanização das atividades produtivas. No Alto Uruguai, o processo aqui denominado de “sojicização” foi o responsável não só pela mercantilização da agricultura familiar, mas também pelo processo de diferenciação social e econômica e pela precarização das condições de

trabalho e do trabalho no meio rural, alimentando os fluxos migratórios com origem no meio rural.

No que tange à dinâmica populacional na região de estudo, o Gráfico 02 permite importantes considerações. A primeira delas é que a região apresenta crescimento negativo da população rural desde a década de 1970, reflexo das principais transformações na agricultura que passam por conta da adoção do pacote tecnológico e do privilégio aos monocultivos, cada vez menos exigentes em mão-de-obra. Outra consideração importante é a redução da população total, o que indica que a região não consegue absorver o excedente populacional gerado no meio rural. A partir desses dados pode-se considerar que a região de estudo tem se transformado em uma região de expulsão de sua população.

A partir das décadas de 1960 e 1970, o desenvolvimento social e econômico do Alto Uruguai tornou-se tributário quase exclusivamente do desempenho dos monocultivos, principalmente a soja. Isso fez com que o desempenho da economia regional dependesse do dinamismo no meio rural. No entanto, este dinamismo esteve circunscrito ao aumento dos índices de produtividade e das escalas de produção. Por outro lado, este dinamismo sócio-produtivo não significou capacidade de absorção da mão-de-obra. Neste sentido, concorda-se com SINGER (1987) de que o desenvolvimento regional não deve ser medido exclusivamente pela melhoria dos indicadores econômicos, mas também pela capacidade das economias locais e regionais de sustar os fluxos migratórios e proporcionar qualidade de vida às populações para que elas não necessitem migrar.

Gráfico 02: Evolução Populacional na Microrregião de Frederico Westphalen 1970-2000 (1.000 pessoas).



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Em trabalho anterior (CONTERATO, 2004), questionamos exatamente o reconhecimento de um processo de desenvolvimento regional dessa região por conta da incapacidade da economia regional em absorver um excedente populacional que necessita migrar para outras regiões do estado do Rio Grande do Sul ou mesmo para outros estados da federação para conseguir se inserir no mercado de trabalho. O paradoxo do desenvolvimento agrícola é exatamente esta capacidade de elevar os índices e as escalas de produção e a incapacidade de sustar os fluxos migratórios e proporcionar às populações meios de sobrevivência em suas regiões de origem.

A Tabela 03 abaixo permite traçar um perfil da população que migrou de Três Palmeiras entre 1991 e 2000. Verifica-se que é a população jovem que está migrando, fundamentalmente na busca de trabalho e estudo. Merece destaque a redução significativa e preocupante (29,8%) do número de jovens entre 20 a 29 anos. Todas as faixas etárias até 39 anos apresentaram crescimento negativo, inclusive entre as crianças. Isso é compreensível, uma vez que a população jovem está migrando e constituindo família fora do município e fora da região, se levarmos em consideração os dados do Gráfico 02.

Tabela 03: Evolução da população total por faixa etária do município de Três Palmeiras entre 1991 e 2000.

Faixas etárias (anos)	1991	2000	Varição 00/91 (%)
0 a 9 anos	1.223	799	-34,7
10 a 19 anos	1.063	1.029	-3,2
20 a 29 anos	769	540	-29,8
30 a 39 anos	682	600	-12,0
40 a 49 anos	517	630	21,9
50 a 59 anos	352	473	34,4
60 anos ou mais	424	549	29,5
Total	5.030	4.620	-8,2

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

O crescimento negativo entre os mais jovens não é acompanhado pela população adulta, principalmente a partir dos 40 anos, onde todas as faixas etárias apresentam crescimento positivo, apesar da população total também registrar queda. Trata-se de uma dinâmica interessante do ponto de vista das migrações populacionais e da conformação de uma sociedade, ao menos local, constituída mais de pessoas adultas do que pessoas jovens. Não obstante, cabe reconhecer quais as causas desse processo e as conseqüências futuras desse relativo envelhecimento da população. O que se depreende é que as migrações ocorrem entre os membros mais jovens das famílias, enquanto a geração dos pais permanece no município, mas com tamanho reduzido.

5 Uma análise do desenvolvimento agrícola de Três Palmeiras: aspectos de mercantilização e diferenciação social

Quando se analisa as condições de reprodução social e econômica da agricultura familiar é de fundamental importância o reconhecimento dos meios e fatores de produção fundamentais e dos processos produtivos. Isso deve-se principalmente pelo fato de que estamos analisando uma agricultura familiar plenamente inserida nos mercados, capaz de incorporar progresso tecnológico e produzir alimentos em quantidade e qualidade.

Não obstante, nesta seção faremos uma análise um tanto quanto crítica dos processos de mercantilização e diferenciação social na agricultura familiar na área de estudo desta pesquisa, pois invariavelmente o privilégio ao modelo agrícola *stricto sensu* tem levado muitas famílias a situações de produzir mais mercadorias sem a correspondência em termos de rentabilidade e, no limite, à própria exclusão social. O paradoxo do desenvolvimento regional ao qual fizemos alusão anteriormente acaba

explicitando uma certa incapacidade de acessar constantemente recursos tecnológicos por parte de algumas famílias, que associando-se a outros fatores, como tamanho reduzido de área e qualidade dos solos, resultam em situações de fragilidade social. Por outro lado, algumas poucas famílias conseguem acumular recursos e riqueza por conta de uma situação mais privilegiada, diferenciando-se cada vez mais das outras famílias de agricultores familiares, caracterizando o desenvolvimento regional como paradoxal e incapaz de transformar o desenvolvimento produtivo em melhoria das condições objetivas de vida das suas populações.

Nesta perspectiva privilegiamos a análise de aspectos ligados às atividades produtivas, como a estrutura fundiária e a base tecnológica do empreendimento agropecuário são condicionantes que envolvem o processo de reprodução da agricultura familiar. Por isso, são elementos fundamentais para se reconhecer e analisar o modo de funcionamento das unidades que operam com base no trabalho familiar.

5.1 Identificação e análise dos fatores de produção e dos processos produtivos junto à agricultura familiar de Três Palmeiras

Iniciaremos a análise através da importância e amplitude que assume o **Consumo Intermediário (CI)** na agricultura familiar. A análise do CI permite reconhecer o grau de integração dos agricultores familiares com o mercado, neste caso, particularmente de produtos e serviços adquiridos e acessados para dinamizar as atividades produtivas.

A análise da Tabela 04 permite considerações importantes acerca do grau de integração econômica da agricultura familiar com os circuitos mercantis. A primeira consideração é a de que todos os estabelecimentos encontram-se, de alguma maneira, inseridos nos mercados, através da absorção de algum tipo de insumo, produto ou serviço. Essa inserção nos circuitos mercantis não apenas caracteriza o grau de integração, mas faz dela um fator fundamental na reprodução da agricultura familiar.

Consumo Intermediário [CI]

É o valor dos insumos (produção animal, vegetal e transformação caseira) e serviços (máquinas, equipamentos, manutenção das instalações, luz, gás e água) adquiridos de outros agentes econômicos e destinados ao processo de produção do estabelecimento agrícola. São considerados intermediários por serem integralmente consumidos no decorrer do ciclo produtivo e, através do trabalho e dos demais meios de produção, transformados em produtos agrícolas.

Antes de prosseguir com as análises, é de fundamental importância o reconhecimento de que a agricultura familiar atual não pode ser tomada como sinônimo de pequena produção, atraso econômico, tecnológico ou qualquer outro indicativo que faça alusão a esta como algo que freia o desenvolvimento regional. Ao contrário, temos que reconhecer a sua importância e a capacidade de se fortalecer, pois não raro é ver o desenvolvimento de um município ou região extremamente ligado ao fortalecimento da agricultura familiar. Isso pode se dar de diferentes maneiras, como através da produção de alimentos, na geração de postos de trabalho, no consumo de bens no comércio, etc.

Comprova-se que a integração aos mercados de insumos, produtos e serviços não é homogênea, pois enquanto 59,3% dos estabelecimentos tem um CI de até 5 mil reais ao ano, para 18,6% este valor é superior a 20 mil reais. No primeiro caso, o gasto mensal máximo é de R\$ 416,66, enquanto no segundo este valor é de R\$ 1.666,00. Isso significa que a agricultura familiar de Três Palmeiras apresenta indicadores bem distintos de capacidade produtiva.

Tabela 04: Consumo Intermediário (R\$) na agricultura familiar de Três Palmeiras.

Estratos (R\$)	%	% Acumulada	Estat. descritiva
Até 5 mil R\$	59,3	59,3	<u>Média</u>
5.001 a 10 mil R\$	10,2	69,5	R\$ 9.728,46
10.001 a 20 mil R\$	11,9	81,4	<u>Mediana:</u>
> 20.001 R\$	18,6	100,0	R\$ 3.539,22
Total	100,0	100,0	

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFPel (PPGA)/UFRGS (PGDR), 2003.

No entanto, o que se quer destacar aqui é o diferente grau de integração mercantil dos agricultores familiares. Um bom indicador é o valor demonstrado pela mediana, que apresenta o valor de 50% da distribuição dos casos. Apesar do CI médio ter sido próximo a 10 mil reais, metade dos agricultores teve um CI em torno de 3,5 mil reais. Quanto mais distante da média estiver o valor da mediana mais significativas serão as diferenças sociais e econômicas existentes entre os agricultores, visto que estes desenvolvem os mesmos sistemas de produção, baseados na produção de soja+milho+leite.

Faremos agora uma análise do **Capital Disponível (CD)**, que são os recursos imobilizados em máquinas, equipamentos e benfeitorias utilizados no processo produtivo.

Capital Disponível [CD]

Consiste na soma do valor dos recursos produtivos e tecnológicos disponíveis no estabelecimento agrícola, ou seja, a soma do valor das máquinas, equipamentos, construções, benfeitorias e animais (excluindo o valor da terra).

A agricultura familiar de Três Palmeiras é desenvolvida principalmente em pequenos estabelecimentos e faz uso quase exclusivo de mão-de-obra familiar. Não obstante, não se pode analisá-la sem levar em consideração a base tecnológica do empreendimento agropecuário. Isso porque, uma vez que se tem comprovado a necessidade e a dependência da agricultura familiar em relação à capacidade instalada em máquinas, equipamentos agrícolas e instalações, para que o agricultor possa desenvolver plenamente as atividades produtivas. Por isso, o Capital Disponível (CD), Tabela 05, é entendido como indicador da dinâmica da agricultura familiar.

Tabela 05: Capital Disponível (CD) na agricultura familiar de Três Palmeiras.

Estratos (R\$)	%	% Acumulada	Estat. descritiva
Até 5 mil R\$	22,0	22,0	Média
5.001 a 10 mil R\$	27,1	49,2	R\$ 22.896,00
10.001 a 20 mil R\$	22,0	71,2	Mediana
> 20.001 R\$	28,8	100	R\$ 10.104,00
Total	100	100	-

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFPel (PPGA)/UFRGS (PGDR), 2003.

Conforme já verificado em relação ao CI (Tabela 04), a Tabela 05 acima demonstra que há diferenças substanciais também no que tange à capacidade instalada na agricultura familiar, objeto deste trabalho. Por exemplo, vale salientar que um estabelecimento com capacidade instalada de até 5 mil ou mesmo 10 mil reais opera com uma base tecnológica muito diferente de um estabelecimento com CD acima de 20 mil reais. Isso indica a existência de uma forte diferenciação em relação à capacidade instalada na agricultura familiar de Três Palmeiras, apontando inclusive para situações de concentração dos meios de produção, como já verificado na Tabela 02 em relação a terra, com base nos dados dos Censos Agropecuários.

No que tange aos valores médios e medianos, estes dão conta exatamente de processos de diferenciação social e econômica na agricultura familiar em regiões onde a produção de *commodities* agropecuárias assume papel de destaque. Os valores extremamente assimétricos apontam situações típicas de fragilidade para um percentual elevado de famílias e consolidação para um percentual relativamente baixo, permitindo

a esses produzir em melhores condições técnicas que os demais. Por conta das exigências tecnológicas dos sistemas de produção desenvolvidos, a maioria dos agricultores familiares depende do pagamento por serviços de máquinas e equipamentos agrícolas de terceiros para efetivar o processo produtivo, principalmente em períodos de maior exigência, como plantio e colheita, haja vista a reduzida disponibilidade de mão-de-obra familiar.

Conforme já apontamos, a produção de grãos, como soja, milho e trigo, e de leite, são os principais produtos agropecuários oriundos do meio rural. É da comercialização destes produtos que o agricultor extrai os recursos para sua sobrevivência e o município dinamiza sua economia. O reconhecimento da importância que assumem estes produtos para as famílias e para o município não nos exime da responsabilidade de indicar como fator negativo o fato destes produtos não sofrerem nenhum tipo de agregação de valor na origem. Assim, podemos caracterizar a agricultura familiar municipal e regional como *simples produtora de mercadorias* (FRIEDMANN, 1978), na medida em que sua inserção mercantil se dá exclusivamente através dos mercados de produtos e serviços, os produtos são comercializados *in natura*, geram postos de trabalho em outras regiões, estados e países e os agricultores não têm gerência nenhuma sobre os preços das mercadorias na hora da venda.

A Tabela 06 abaixo nos oferece importantes elementos da importância que assume a agricultura para a economia municipal. Verifica-se também que a sua participação na riqueza total gerada vem aumentando nos últimos anos, representando em 2001 mais de 50% do Valor Agregado Bruto (VAB) total gerado no município. Isso significa dizer que o dinamismo da economia municipal é tributário das atividades agropecuárias, cabendo destacar que estas são desenvolvidas principalmente em regime de economia familiar.

Tabela 06: Valor Agregado Bruto (VAB) a preços básicos (R\$), por setores de economia, para o período de 1996 a 2001 para o município de Três Palmeiras.

Áno	Agropecuária	% VAB	Indústria	% VAB	Serviços	% VAB	VAB Total	Variação %
1996	9.109.004	44,6	47.651	0,2	11.287.076	55,2	20.443.730	0
1997	8.452.555	42,3	65.913	0,3	11.471.861	57,3	19.990.329	-2,2
1998	8.923.513	42,4	85.701	0,4	12.047.862	57,2	21.057.077	+3,0
1999	9.302.938	42,2	55.283	0,3	12.662.529	57,5	22.020.749	+4,6
2000	11.393.587	45,9	40.536	0,2	13.365.617	53,9	24.799.741	+12,6
2001	16.130.009	51,5	122.509	0,4	15.045.961	48,1	31.298.479	+26,2

Fonte: www.fee.tcche.br (acesso em 30/10/2003).

O aumento significativo da importância do VAB agropecuário sobre o VAB total se deve a dois fatores principais. O primeiro é a valorização das *commodities* no mercado internacional, particularmente a soja, que, segundo a EMATER passou de preço médio pago ao produtor em 2000 pela saca de 60 Kg de R\$ 17,50, para R\$ 37,90 até setembro de 2003⁴. Invariavelmente a valorização dos preços acaba servindo como um incentivo ao agricultor familiar para que este intensifique ainda mais as atividades produtivas na busca de uma renda maior. O segundo fator, ligado ao primeiro, é que isso acaba obrigando o agricultor a uma busca incessante por melhores índices de produtividade da terra e do trabalho, tentando inclusive amenizar o aumento dos custos de produção.

Neste sentido, no que tange à **produtividade da terra ou física** (Tabela 07), que é a riqueza gerada por hectare (ha) de terra explorado, a grande maioria dos estabelecimentos (67,8%), obteve uma produtividade não superior a 500 reais por hectare explorado, sendo que apenas 6,8% obteve uma rentabilidade superior a um mil reais. Novamente observa-se uma significativa discrepância entre os valores médios e medianos. Levando-se em consideração o fato das unidades de produção familiar serem de tamanho reduzido e o privilégio aos monocultivos, pode-se considerar baixa a riqueza gerada por hectare explorado na agricultura familiar de Três Palmeiras. Isso desvela situações até mesmo de pobreza rural em regiões de agricultura familiar e de desenvolvimento agrícola, como demonstraram SCHNEIDER & WAQUIL⁵

⁴ Fontes: www.emater.tcche.br/custosdeproducao.htm e www.conab.gov.br, acesso em 20/09/2003.

⁵ Estes trabalhos demonstraram que situações de pobreza rural e fragilidade social estão intimamente ligadas à dinâmica do desenvolvimento agrícola das regiões. Os autores demonstraram que na metade norte, principalmente na região do Alto Uruguai, estão a maioria dos municípios gaúchos classificados como pequenos, pobres e predominantemente rurais.

(2000:2001) através de importantes estudos sobre as desigualdades regionais gaúchas com base em indicadores socioeconômicos.

Tabela 07: Estratos de Produtividade Física (Riqueza gerada por ha explorado) na agricultura familiar de Três Palmeiras.

Produtividade física (R\$/ha)	%	% Acumulada	Estat. descritiva
< 250 R\$/ha	30,5	30,5	<u>Média</u>
251 a 500 R\$/ha	37,3	67,8	R\$ 457,13
501 a 1.000 R\$/ha	25,4	93,2	<u>Mediana</u>
> 1.001 R\$/ha	6,8	100	R\$ 390,29
Total	100	100	

Fonte: Pesquisa AFDLP - UFPeL (PPGA)/UFRGS (PGDR), 2003.

Conforme afirmam SCHNEIDER & WAQUIL (2001), o comportamento recente do setor agropecuário gaúcho caracteriza-se por incrementos significativos de produtividade. O paradoxo apontado pelos autores e já indicado neste trabalho é que esta eficiência não vem promovendo melhorias proporcionais nas rendas dos agricultores e nas suas condições de vida.

Após analisar o comportamento da agropecuária gaúcha, SCHNEIDER & WAQUIL (2001) apontam para o aprofundamento do processo de diferenciação social e econômica neste setor tão importante para a economia estadual. Isso porque, encontram-se, de um lado, as categorias sociais e os grupos de proprietários que estão integrados ao padrão tecnológico dominante, especialmente pela ligação aos complexos agroindustriais. A estes associam-se os agricultores com detentores de propriedades maiores, o que os possibilita acessar sempre novas e modernas tecnologias. De outro lado, encontram-se as categorias sociais e os estabelecimentos rurais que não conseguem se inserir no padrão técnico-produtivo hegemônico, principalmente em função das escalas de produção requeridas e dos altos custos financeiros exigidos pelas atividades produtivas. Muitos agricultores são excluídos pela própria dinâmica que o setor produtivo imprime aos agricultores.

Tabela 08: Estratos de Produtividade do Trabalho (Riqueza gerada por Unidade de Trabalho Homem) na agricultura familiar de Três Palmeiras.

Produtividade do trabalho (R\$)	%	% Acumulada	Estat. descritiva
Até 1 mil R\$	23,7	23,7	<u>Média</u>
1.001 a 2 mil R\$	35,6	59,3	R\$ 2.776,08
2.001 a 5 mil R\$	30,6	89,9	<u>Mediana</u>
> 5.001 R\$	10,1	100	R\$ 1.654,27
Total	100	100	

Fonte: Pesquisa AFDLP - UFPeL (PPGA)/UFRGS (PGDR), 2003.

Em relação à **produtividade do trabalho agrícola**, que é a riqueza gerada pela mão-de-obra familiar e contratada aplicada nas atividades agropecuárias, a maioria dos estabelecimentos não é capaz de gerar um produtividade superior a 2 mil reais. A discrepância entre os valores médios e medianos comprova a diferenciação em relação à capacidade de geração de riqueza entre os estabelecimentos agrícolas familiares. Dentre os fatores podemos citar a disponibilidade de máquinas e equipamentos agrícolas (o capital disponível pelos agricultores - Tabela 05) pelos agricultores e o tamanho da área explorada.

Tabela 09: Produtividade média do trabalho (R\$) por estratos de área total (ha) na agricultura familiar de Três Palmeiras.

Estratos área (ha)	Produtividade Trabalho (R\$/ha)
Até 10 ha	1.699,90
10 a 20 ha	1.596,86
20 a 40 ha	2.152,32
> 40 ha	8.684,71

Fonte: Pesquisa AFDLP - UFPeL (PPGA)/UFRGS (PGDR), 2003.

Conforme já destacamos, esta capacidade diferenciada de geração de riqueza pela mão-de-obra está associada ao tamanho das unidades familiares de produção, que por sua vez é definidora da capacidade instalada destas mesmas unidades, uma vez que os sistemas de produção adotados independem da extensão dos estabelecimentos agrícolas familiares. No entanto, isso é crucial na capacidade de produção desses mesmos estabelecimentos, pois a produtividade média do trabalho das unidades com mais de 40 hectares é 5,1 vezes maior que das unidades com até 10 hectares. Conforme CONTERATO (2004) isso condiciona à exploração máxima possível da superfície total dos estabelecimentos, avançando sobre os resquícios das áreas de mata, banhado ou de graus de declividade considerados impróprios às atividades produtivas.

Apesar destes aspectos, em regiões de predominância das pequenas unidades familiares de produção, como é o Alto Uruguai, deve-se olhar para a sua agricultura familiar como um elemento impulsionador do desenvolvimento local e regional. A estrutura fundiária deve ser tomada como uma riqueza da sociedade em que esta se assenta, um fator de dinamismo e de possibilidades de fortalecimento da economia e de melhoria das condições de vida das populações.

A partir das considerações feitas, a identificação da **estrutura fundiária** deve ter como prerrogativa a preocupação com a economia e as populações, pois a repartição do solo agrícola municipal é definidor das relações sociais e econômicas que ali se desenvolvem. De acordo com a Tabela 10, a maioria dos estabelecimentos agrícolas familiares de Três Palmeiras não ultrapassa os 20 hectares, com tamanho médio de 22,45, sendo que os estabelecimentos com até 15,2 hectares representam 50% do total.

Tabela 10: Estrutura fundiária (ha) na agricultura familiar de Três Palmeiras.

Área (ha)	%	% Acumulada	Estat. descritiva
< 10 ha	22,0	22,0	<u>Média</u>
10 a 20 ha	49,3	71,3	22,45ha
20 a 40 ha	13,5	84,8	<u>Mediana</u>
> 40 ha	15,2	100	15,20ha
Total	100	100	

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFPel (PPGA)/UFRGS (PGDR), 2003.

Impelidos a extrair da terra o máximo de ganhos possíveis, muitos agricultores defrontam-se com o tamanho reduzido das áreas exploradas, resultando muitas vezes em ganhos econômicos reduzidos frente as necessidades da família. Ressalta-se, no entanto, que as dificuldades decorrem fundamentalmente dos sistemas de produção desenvolvidos, mais do que do tamanho reduzido dos estabelecimentos, que exige índices de produtividade possíveis de serem alcançados somente através de mais investimentos em tecnologia.

O reconhecimento dos fatores e meios de produção que influenciam as práticas agropecuárias na agricultura familiar aqui apresentados e analisados objetivou principalmente fornecer subsídios para um melhor entendimento da Renda Agrícola (RA) gerada nas unidades familiares de produção. Apesar de não ser o único elemento definidor da dinâmica da agricultura familiar e das condições de vida dos indivíduos e das famílias, é o principal indicador da remuneração da força de trabalho familiar após o período de um ano de trabalho⁶. Portanto, a RA deve ser encarada como um elemento a mais nas análises sobre a reprodução da agricultura familiar, mas não o único.

⁶ Em função de ser este um espaço insuficiente para descrever em todos os seus passos a metodologia utilizada para o cálculo da Renda Agrícola, consultar CONTERATO (2004), particularmente o capítulo 4.

Renda Agrícola (RA)

A Renda Agrícola (RA) corresponde à parte da riqueza líquida que permanece no estabelecimento agrícola e que serve para remunerar o trabalho familiar e realizar investimentos, ou seja, o Valor Agregado Líquido (VAL) descontados os impostos, arrendamento, empregados permanentes, e outros encargos sociais, como contribuição sindical.

De acordo com a Tabela 11, a Renda Agrícola (RA), que corresponde à parte da riqueza líquida que permanece no estabelecimento agrícola e serve para remunerar o trabalho familiar e realizar investimentos, oferece subsídios à comprovação empírica da diferenciação social existente na agricultura familiar de Três Palmeiras.

Tabela 11: Renda Agrícola (RA) na agricultura familiar de Três Palmeiras.

Estratos de RA (R\$)	%	% Acumulada	Estat. descritiva
Até 5 mil R\$	56,0	56,0	Média:
5.001 a 10 mil R\$	25,4	81,4	R\$ 7.959,78
10.001 a 20 mil R\$	11,8	93,2	Mediana:
> 20.001 R\$	6,8	100,0	R\$ 4.482,09
Total	100,0	100	-

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFPel (PPGA)/UFRGS (PGDR), 2003.

Optamos por apresentar a RA em função de ser ela a principal fonte de recursos da qual dispõem as famílias de agricultores familiares para remunerar a força de trabalho familiar e fazer os investimentos necessários durante o ano agrícola. Salta aos olhos, ao se analisar a Tabela 11, o percentual de agricultores familiares que não obtêm uma RA anual familiar superior a 5 mil reais. Isso permite uma remuneração máxima mensal de R\$ 416,66 por família, ou R\$ 103,64 por membro familiar. Outro aspecto importante a ser destacado é a discrepância entre a RA média e o valor da mediana, que demonstra os 50% da distribuição dos casos. Apesar da RA média chegar a quase 8 mil reais por família/ano, metade dos agricultores familiares obtêm uma RA inferior a 4,5 mil reais/ano.

Isso nos leva a considerar que existe uma pequena parcela de agricultores “ricos” e uma parcela grande de agricultores familiares “pobres”, “descapitalizados” e socialmente vulneráveis. Nestas situações, a RA média não nos diz muita coisa se analisada isoladamente. O importante é levar em consideração a discrepância existente nos valores de RA na agricultura familiar de Três Palmeiras. Tomada isoladamente, poderíamos até considerar a RA média como alta, o que não se sustenta se fizermos uma relação com o seu valor mediano. Esta discrepância é um forte indicativo de

situações de diferenciação social e econômica entre as famílias de agricultores familiares onde a disponibilidade maior de áreas de terra a explorar tem papel primordial (Tabela 12).

Tabela 12: Renda Agrícola (RA) média por estrato de área (ha) na agricultura familiar de Três Palmeiras.

Estratos de área (ha)	%	Área média (ha)	RA média (R\$)
Até 10 ha	22,0	7,4	3.835,95
10 a 20 ha	49,3	14,9	4.194,05
20 a 40 ha	13,5	27,9	6.471,77
Mais de 40 ha	15,2	63,5	27.373,20
Total	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFPel (PPGA)/UFRGS (PGDR), 2003.

A Tabela 12 é a comprovação empírica de tudo que discutimos até aqui. Uma maior renda agrícola na agricultura familiar de Três Palmeiras parece estar de fato ligada ao tamanho do estabelecimento. No entanto, esse é o principal gargalo para a maioria dos agricultores, já que mais de 70% destes possuem estabelecimentos com menos de 20 hectares. No contexto das transformações recentes na agricultura gaúcha, o fundamental é entender o papel exercido pelo ambiente social e econômico na definição das estratégias de reprodução na agricultura familiar.

O que gostaríamos de reforçar é que a qualidade de vida das populações rurais, a renda advinda das atividades agropecuárias, o desempenho produtivo das unidades de produção (produtividade da terra e do trabalho), o desempenho das competências individuais e mesmo as perspectivas de futuro da agricultura familiar dependem cada vez mais da qualidade da inserção em um ambiente social e econômico, permitindo uma reprodução social e econômica favorável.

6 À guisa de conclusões

O objetivo deste trabalho foi buscar apresentar e analisar, com base em dados primários e secundários, como a agricultura familiar de uma das mais importantes regiões agrícolas do estado do Rio Grande do Sul, o Alto Uruguai, estabelece as suas bases socioeconômicas de reprodução social. Privilegiamos as das transformações mais recentes na agricultura, com base em dados secundários, e a atual dinâmica da agricultura familiar a partir de dados primários referentes ao ano agrícola 2001-2002 para o município de Três Palmeiras.

O privilégio aos dados econômico-produtivos é, pois, proposital na medida em que a pesquisa esteve orientada para demonstrar o quanto frágil é para as famílias reproduzir um padrão, um modelo de desenvolvimento orientado pelo privilégio aos monocultivos e ao desempenho produtivo dos estabelecimentos.

Neste sentido, a agricultura familiar de Três Palmeiras e do Alto Uruguai caracteriza-se, basicamente, por uma agricultura onde os vínculos mercantis se dão basicamente pelos mercados de produtos e serviços agropecuários onde assume cada vez mais importância o desempenho produtivo individual e o acesso constante ao progresso tecnológico. O paradoxo é que isso deflagra o próprio paradoxo do modelo de desenvolvimento regional, onde o sucesso produtivo das culturas não se reverte necessariamente em melhorias significativas das condições de vida das populações rurais. Nestas condições, o êxodo rural ainda se apresenta como uma realidade de regiões como o Alto Uruguai, expulsando sua população para outras regiões e estados da federação.

É no bojo desse processo que se acentua a diferenciação social e a mercantilização da agricultura familiar. Na região deste estudo, isso invariavelmente leva a situações de fragilidade social e econômica de muitas famílias, enquanto outras conseguem ascender socialmente e diferenciando-se das demais. Cada vez mais os fatores de produção, principalmente terra e capital, assumem importância maior junto à agricultura familiar. Por um lado isso demonstra uma necessidade crescente de estabelecer vínculos mercantis, mas por outro uma capacidade, que deve ser ressaltada, de se fortalecer em ambientes marcadamente mercantis.

7 Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2 ed. São Paulo-Campinas: Editora HUCITEC-UNICAMP, 1992.

_____. *et alii*. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. **Anais XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: competitividade e globalização: impactos regionais e locais**. Recife, 2001. (CD-ROM).

BUAINAIN, A. M. et al. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Anais do XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: equidade e eficiência na agricultura brasileira**. Passo Fundo, 2002 (CD-ROM).

_____. et al. Agricultura Familiar: Um estudo de Focalização Regional. **Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional**. Cuiabá, 2004 (CD-ROM).

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, Brasil.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Censo Agropecuário 1970, 1975, 1980, 1985, 1995**. Rio de Janeiro, Brasil.

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS PALMEIRAS. Três Palmeiras, dezembro, 2002.

PLOEG, J. D. van der. El processo de trabajo agrícola y la mercantilización. Guzman, E. S. **Ecología, campesinato y historia**. Las Ediciones de la Piqueta, p. 135-195, 1992.

SACCO dos ANJOS, F. **A Agricultura Familiar em Transformação: o caso dos Colonos-Operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: UFPEL/Editora Universitária, 1995.

_____. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SACCO dos ANJOS, F. et al. Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância econômica do autoconsumo na agricultura familiar meridional. **Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional**. Cuiabá, 2004 (CD-ROM).

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Porto Alegre: UFRGS/PPGS, 1999. Tese de Doutorado.

_____. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. **Crítica Metodológica e Tipologia dos Municípios Gaúchos com Base em Indicadores Sócio-Econômicos**. Relatório de Consultoria Técnica. Relatório. 2000.

SCHNEIDER S.; RADOMSKY, G. **A dinâmica do mercado de trabalho rural e as transformações da agricultura gaúcha na década de 1990**. Relatório de Pesquisa FAPERGS, 2000.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. Caracterização Socioeconômica dos Municípios Gaúchos e Desigualdades Regionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Vol. 39, Nº 3, jul./set., 2001.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 11.^a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.